



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel QMB **VANDRÉ** ROLIM MACHADO

**A Estratégia da Dissuasão do Brasil
e defesa da Foz do Amazonas.**



Cel QMB **VANDRÉ** ROLIM MACHADO

A Estratégia da Dissuasão do Brasil e a defesa da Foz do Amazonas.

Policy Paper apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército.

Orientador: Coronel João Luiz de Araújo **Lampert**

Rio de Janeiro

2022

M149e Machado, Vandr  Rolim

A Estratégia da Dissuasão do Brasil e defesa da Foz do Amazonas. / Vandr  Rolim Machado. —2022.

37 f.: il.; 30 cm.

Orienta o: João Luiz de Araújo Lampert

Policy Paper (Especializa o em Política, Estratégia e Alta Administra o do Exército)

— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 35-37.

1. ESTRATÉGIA. 2. DISSUASÃO. 3.ANTIACESSO. 4.NEGA O DE ÁREA. 5.FOZ DO AMAZONAS I. Título.

OPB 255.4

A Estratégia da Dissuasão do Brasil e a defesa da Foz do Amazonas.

Policy Paper apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército.

Aprovado em ___/___/___

COMISSÃO AVALIADORA

JOÃO LUIZ DE ARAUJO LAMPERT – Presidente

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

RENATO VAZ - Membro

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

JOSÉ EUCLIDES OLIVEIRA DE ARAUJO - Membro

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estabelecimento nas margens da foz do Amazonas	13
Figura 2 – Fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.....	15
Figura 3 – A2/AD Rússia e OTAN.....	20
Figura 4 – A2/AD e a China	21
Figura 5 – Bia MF, dotada de míssil antinavio, na Foz do Amazonas.....	25
Figura 6 – Foz do Amazonas.....	29
Figura 7 – Forças de emprego geral	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação de capacidades de A2/AD.....	22
Tabela 2 – Comandos militares e prioridades na PND.....	26
Tabela 3 – Objetivo estratégico do Exército nº 1.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS

A2/AD	Antiacesso e negação de área
Bda	Brigada
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
CMN	Comando Militar do Norte
CPEAEx	Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FFAA	Forças Armadas
F Ter	Força Terrestre
GU	Grande Unidade
MB	Marinha do Brasil
OEE	Objetivo Estratégico do Exército
PI	Projeto Interdisciplinar
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PND	Política Nacional de Defesa
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SISGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SIPLEX	Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército
TNP	Tratado de não proliferação de armas

RESUMO EXECUTIVO

O presente estudo analisa a relação entre a Estratégia da Dissuasão do Brasil e a defesa da região da Foz do Amazonas. O primeiro capítulo pretende, por meio de uma análise histórica, identificar os interesses estrangeiros desde o século XVI pela região do Amapá, passando pelo Império do Brasil até os dias atuais para concluir que, ainda, persiste a cobiça internacional pela região, tendo em vista, dentre outros fatores, sua localização privilegiada.

Após caracterizada a importância estratégica da Foz do Amazonas iremos pensar nas capacidades necessárias para que as Forças Armadas tenham uma dissuasão frente a possíveis ameaças à soberania nacional. Neste sentido, destacaremos os conceitos de antiacesso (*anti-acess* ou A2), negação de área (*area-denil* ou AD) e operações em multidomínio, com base em exemplos de países como Rússia e China e, assim, buscar adaptar essas ideias para a realidade nacional.

O próximo passo será analisar a estrutura militar do Exército Brasileiro na Foz do Amazonas com o objetivo de identificar, em que medida, a 22ª Brigada de Infantaria de Selva, Grande Unidade recentemente criada no Amapá, contribui para a Estratégia da Dissuasão.

Por fim, pretendemos chegar em sugestões para que as Forças Armadas do Brasil desenvolvam um bolsão de A2/AD centrada região na Foz do Amazonas para ficar em melhores condições de cumprir a missão de defesa da Pátria.

Palavras-chave: Estratégia, Dissuasão, Antiacesso, Negação de Área, Foz Amazonas.

RESUMEN EJECUTIVO

El presente estudio analiza la relación entre la Estrategia de Disuasión del Brasil y la defensa de la región de la desembocadura del río Amazonas. El primer capítulo pretende, a través de un análisis histórico, identificar los intereses extranjeros desde el siglo XVI en la región del Amapá, pasando por el Imperio de Brasil hasta nuestros días, para concluir si la codicia internacional por la región aún persiste, considerando, entre otros factores, su ubicación privilegiada.

Después de caracterizar la importancia estratégica de la desembocadura del río Amazonas, pensaremos en las capacidades necesarias para que las Fuerzas Armadas tengan disuasión ante posibles amenazas a la soberanía nacional. En este sentido, destacaremos los conceptos de operaciones anti-acceso (anti-access o A2), negación de área (denial-area o AD) y operaciones multidominio, basándonos en ejemplos de países como Rusia y China, y así buscar adaptar estas ideas a la realidad nacional.

El próximo paso será analizar la estructura militar del Ejército Brasileño en la desembocadura del río Amazonas para identificar en qué medida la 22ª Brigada de Infantería de Selva, una gran unidad recién creada en Amapá, contribuye a la Estrategia de Disuasión.

Por fin, pretendemos llegar a sugerencias para que las Fuerzas Armadas de Brasil desarrollen un bolsillo de antiacceso y negación de área en la región de la desembocadura del río Amazonas y así quedar en mejores condiciones para cumplir la misión de defensa de la Patria.

Palabras clave: Estrategia, Disuasión, Antiacceso, Negación de Área, Desembocadura del río Amazonas.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	A FOZ DO AMAZONAS.....	13
2	ESTRATÉGIA DA DISSUASÃO, A2/AD E A FOZ DO AMAZONAS.....	17
3	A BRIGADA DA FOZ E A ESTRATÉGIA DA DISSUASÃO.....	27
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

INTRODUÇÃO

Ao olharmos para Amazônia, de uma forma ampla, a importância da área pode ser resumida na frase do antropólogo Celso Castro quando diz:

É uma questão nacional de primeira ordem, pelos vários problemas a que está associada – narcotráfico, guerrilha em países limítrofes, pouca presença do Estado, necessidade de vivificação das fronteiras, conflitos étnicos e, **sobretudo, a cobiça internacional** (CASTRO, 2006, p.157) GRIFO NOSSO

Tendo em vista os diversos problemas, relacionados com todos os campos do poder nacional na Amazônia, as Forças Armadas do Brasil vêm, nas últimas décadas, aumentando de forma paulatina o efetivo na região. A decisão dos militares está alinhada com a PND e END que, desde as suas primeiras versões, colocam a região amazônica como uma das prioridades ao lado do Atlântico Sul, das fronteiras e dos centros políticos e/ou econômicos.

Quando pensamos na Amazônia com o foco na defesa externa, contra uma força militar igual ou superior, a região da Foz do Amazonas é uma área que naturalmente ganha importância, além de ser a única microrregião que engloba 3 (três) prioridades da PND e END (Fronteiras, Amazônia e Atlântico Sul).

Neste contexto, o trabalho pretende destacar a importância da Foz do Amazonas e pensar na relação da região com a Estratégia da Dissuasão do Brasil e, em que medida, as Forças Armadas podem cooperar com a dissuasão extrarregional na Amazônia.

O caminho a ser percorrida passará pela identificação, por meio do processo histórico, da importância estratégica da Foz do Amazonas, desde os tempos coloniais até os dias atuais. Posteriormente, pensaremos na dissuasão com foco na defesa da região, reflexão esta que nos levará para análise dos conceitos de antiacesso e negação de área (A2/AD) e das operações em multidomínio (ar, terra, mar, espaço e cibernético) e suas possíveis adaptações para o Brasil.

Por fim, analisaremos a 22ª Brigada de Infantaria de Selva, a “Brigada da Foz” com o intuito de concluir, em que medida, a nova estrutura militar coopera com a dissuasão extrarregional prevista no Objetivo nº1 do Plano Estratégico do Exército.

O trabalho pretende apresentar sugestões com o intuito de desenvolver um

bolsão de negação de área na Foz do Amazonas e, desta forma, deixar as Forças Armadas, em melhores condições, de responder as possíveis ameaças à soberania nacional na região Amazônica.

No aspecto metodológico o trabalho será qualitativo e por meio de um estudo de caso realizará uma revisão bibliográfica e, posteriormente, realizará uma análise múltipla descritiva de conceitos doutrinários (antiacesso e negação de área) com o intuito de adaptar estas ideias para realidade nacional.

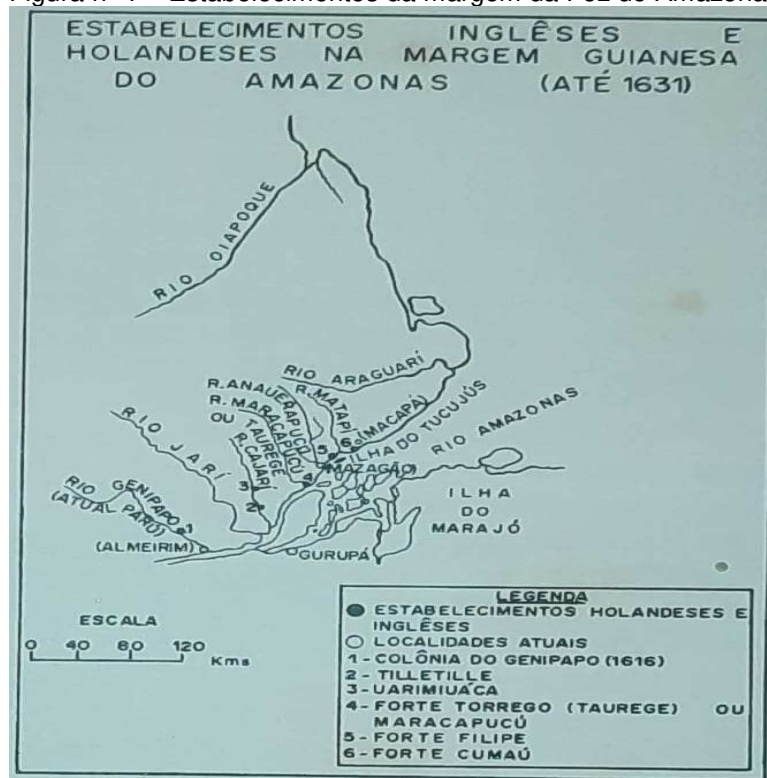
1. A FOZ DO AMAZONAS

Desde os tempos coloniais que a Foz do Amazonas desperta interesse de diversos países. No início do Século XVII, durante a União Ibérica e após a expulsão dos franceses do Maranhão, o rei de Portugal e Espanha, Felipe IV, ordenou que as tropas lusitanas ocupassem a região. O monarca estava preocupado com as incursões estrangeiras na Amazônia (BRASIL (a), 1972, p.341).

“Começava a ocupação da Amazônia, naquela época cobiçada por holandeses, franceses e ingleses que percorriam o baixo Amazonas, explorando a região, comerciando com os nativos, criando estabelecimentos comerciais e construindo fortins. (BRASIL(a), 1972, p.228)

O nomeado para a missão de ocupar o Grão-Pará e fundar Belém foi o capitão-mor Francisco Caldeira Castello Branco. Na baía do Guajará, em 1616, ele construiu o forte do Presépio. A partir daí, foram lançadas diversas expedições para explorar e defender a imensa calha do Amazonas e seus afluentes. O forte de Gurupá, por exemplo, foi ocupado pouco tempo depois e construído nas ruínas de uma fortificação holandesa (BRASIL (a), 1972, p.336).

Figura nº 1 – Estabelecimentos da margem da Foz do Amazonas



Fonte: BRASIL (a), p.229.

A presença estrangeira preocupava o Rei Felipe IV ao ponto dele, em 1637, conceder a Bento Manuel Parente a posse da capitania do Cabo Norte que daria origem ao povoamento do atual Amapá. Bento tinha desempenhado um papel de destaque na luta contra os holandeses e a concessão foi um prêmio pelos bons serviços prestados à Coroa Ibérica (BRASIL (a), 1972, p.341).

Além da Holanda e Inglaterra, a França também tinha interesse na região e, por muito tempo, reivindicou “significativa extensão de terras legitimamente brasileiras para serem incorporadas à sua Guiana”. Após a independência do Brasil, em 1822, o governo imperial decidiu “implementar uma política de ocupação do território brasileiro por meio do estabelecimento de colônias militares” (BRASIL (a), 2021, p.38).

Após a abdicação de D. Pedro I ocorreram diversas rebeliões durante o período regencial, dentre elas, na província do Pará a revolta da Cabanagem de 1835. Alguns meses depois da tomada de Belém pelos cabanos as autoridades francesas, da Guiana e de Paris, decidiram instalar um posto a “cerca de 200 ao sul do Rio Oiapoque” e reacenderam a questão fronteiriça. A estação militar francesa, chamada de “Posto Amapá”, só foi desocupada em 1840, sem, contudo, encerrar as reivindicações de que o Rio Araguari deveria ser o limite da Guiana Francesa (PAZ, 2021, p. 3-5).

O Império do Brasil, naquele mesmo ano, em 29 de abril de 1840, por meio do presidente do Pará, João Antonio de Miranda, fundou na margem direita do rio Araguari a primeira colônia militar brasileira, denominada de D. Pedro II (PAZ, 2021, p. 3-5).

A Colônia D. Pedro II tinha como objetivo garantir a posse da Foz do Amazonas e, também, de toda área do Cabo Norte até o rio Oiapoque a fim de promover o povoamento da região, explorar os recursos naturais e vivificar a faixa do território brasileiro pleiteado pela França (BRASIL, 2021, p.42).

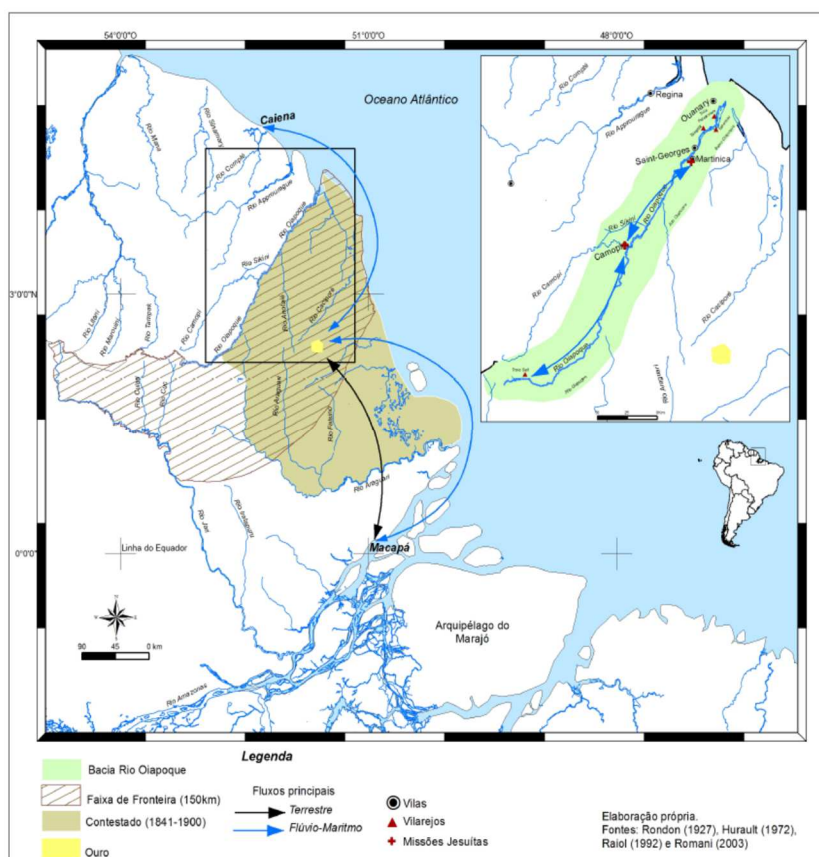
Ao mesmo tempo, o governo francês criou na margem direita do Oiapoque o Forte Malouet. Neste período, toda porção entre os rios Araguari e Oiapoque ficaram sob litígio e assim foi criado um território “sem pátria” entre o Brasil e a Guiana Francesa chamado de “contestado franco-brasileiro” (PAZ, 2021, p. 6-7).

Um exemplo da preocupação com a soberania brasileira sobre a Foz do Amazonas é citado no relatório do Ministro da Guerra apresentado à Assembleia Legislativa, em 1867, quando diz:

Não durmamos, não continuemos a confiar nas delícias de uma paz, que insensivelmente nos foi trahindo, porque acreditamos em povos, que nos olhão de revez, e em que o desenvolvimento de nossa civilização e forças despertão cuimes: **observemos, que a maior parte dos escritores franceses, e entre eles Laboria, têm a convicção de que todo o território da margem esquerda do majestoso Amazonas até o rio Negro pertence à Guiana Francesa** (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1867, p. 94) GRIFO NOSSO.

Em 1890, a descoberta de ouro na região agravou as disputas já tensas na foz do grande rio ao ponto de tropas francesas invadirem o Amapá até o rio Araguari. A questão necessitou de uma arbitragem internacional na Suíça e, em 1900, a diplomacia brasileira apresentou seus argumentos baseados, principalmente, no Tratado de Utrecht (1713) assinado entre França e Portugal que estabelecia o rio Oiapoque como fronteira (SILVA, GRANGER e TOURNEAU, 2019, p.3).

Figura nº 2 – Fronteira do Brasil com a Guiana Francesa



Fonte: SILVA, GRANGER e TOURNEAU, 2019, p. 3.

Após a definição da questão fronteiriça entre os dois países, no século XX a região foi marcada pela “indiferença recíproca” ao ponto da definição exata das fronteiras, com a colocação dos marcos, ser finalizada apenas na década de 1960. Nos

anos 80 tivemos um processo de aproximação decorrente, dentre outros fatores, das transformações da Guiana em 1982 em Região Ultramar e, assim, recebendo poderes de cooperação regional com os países vizinhos e do Amapá, após a promulgação da constituição de 1988, em um Estado da federação com Governador e Assembleia Estadual (SILVA, GRANGER e TOURNEAU, 2019, p.6).

Os resultados desta nova fase são visíveis por meio da pavimentação da BR 156 (Macapá até Oiapoque) e no prolongamento da estrada nacional RN 2 de Caiena até Saint-Georges e, recentemente, pela construção da ponte binacional (1997-2011) na fronteira como parte do programa IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) inaugurada em 2017 (SILVA, GRANGER e TOURNEAU, 2019, p.7-10).

Desde os tempos coloniais vemos que o Amapá, com destaque para a Foz do Amazonas, é uma área estratégica¹ para o Brasil. As tensões históricas do passado foram amenizadas, mas não dissiparam o clima de desconfiança entre o Brasil e outras nações. Atualmente, toda Amazônia está no centro das atenções globais, tendo em vista, principalmente, as questões ambientais mostrando que a cobiça pela região permanece um tema atual.

¹ As áreas estratégicas são, entre outras: a Foz do Rio Amazonas, onde sua conquista isolaria a cidade de Manaus e limitaria a soberania brasileira na região amazônica (JÚNIOR, 2016, p. 41).

2. A ESTRATÉGIA DA DISSUASSÃO, O A2/AD E A FOZ DO AMAZONAS

A END considera que a “dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais” (BRASIL (d), 2020, p. 33). Ela deve, antes de tudo, envolver todos os campos do poder e possibilitar ao Estado:

“integrar a participação das expressões político-diplomática, militar, econômica, científico-tecnológica e psicossocial, **por meio de ameaças e pressões (veladas ou ostensivas)**, de todas simultaneamente ou das que sejam **suficientes para dobrar o oponente**” (PAIVA, 2012, p.319). (GRIFO NOSSO)

O glossário das forças armadas define a dissuasão como sendo:

“atitude estratégica que, **por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares**, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos”. O mesmo que deterrência (BRASIL (c), 2020, p.77). (GRIFO NOSSO)

Em outras palavras é uma ação que “visa evitar a escalada de uma crise a ponto de levar ao emprego do poder militar de forma ampla e prolongada, configurando um conflito armado”. Ela deve, em suma, “convencer potenciais oponentes que o dissuasor possui forças armadas dotadas de considerável letalidade e tem capacidade e determinação de empregar o poder militar (PAIVA, 2012, p.319).

Neste capítulo destacaremos a expressão militar, sem, contudo, deixar claro que ela por si só não é capaz de atingir os objetivos sem uma sinergia de esforços de todas as expressões do poder nacional. No âmbito das forças armadas ocorre algo similar, o emprego isolado da Marinha, Exército ou Aeronáutica, também, não será suficiente para que uma dissuasão seja consistente, necessitando sempre raciocinar com o emprego conjunto.

A dissuasão militar possui dois tipos. A nuclear que o Brasil, praticamente, abandonou ao aderir ao Tratado de Não Proliferação (TNP) de armas nucleares em 1998 e a convencional. A mudança da postura nacional com relação à prospecção de armas nucleares é algo pouco provável no curto ou médio prazo, tendo em vista o histórico de nossa diplomacia na “defesa da paz e solução pacífico dos conflitos” expressa no artigo 4º, inciso VII, da constituição federal de 1988. Desta forma, apenas uma mobilização popular e/ou política ocorrida por um fato novo como, por exemplo, a produção de um artefato nuclear por um país sul-americano poderia alterar a visão atual

do Brasil com relação ao tema.

Com relação ao método temos que a dissuasão pode ser pela punição e/ou negação. A primeira é normalmente associada à nuclear, pois o artefato proporcionaria o poder da retaliação e, no caso da negação a ideia seria de impor custos à ação adversária que ultrapassem os benefícios do uso da força (TEIXEIRA JUNIOR, 2021, p.10).

Outro aspecto da dissuasão que, também, pode ser analisado é o da temporalidade que pode ser geral ou imediata. A primeira seria uma postura permanente e a segunda ativada dentro de uma situação de crise. Teixeira Júnior ao opinar sobre as duas opções considera que:

“Para o caso brasileiro, entendemos que a dissuasão geral faz ainda mais sentido. Não possuindo uma ameaça existencial reconhecida, o país pode produzir uma mensagem dissuasória contra atores difusos no sistema internacional [...] o Brasil pode pautar a sua dissuasão geral em termos compromissos com a manutenção do *status quo* territorial e/ou político em seu país ou em outras áreas de interesse, como no seu Entorno Estratégico” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021, p.12). (GRIFO NOSSO)

Portanto, ao Brasil restaria uma dissuasão do tipo convencional, com o método da negação e dotado de uma estrutura ativada de forma permanente. Antes de analisarmos a estrutura da Força Terrestre para fazer jus a uma eficiente dissuasão, cabe alguns comentários sobre as outras forças singulares.

A Força Aérea, por suas características, poderá deslocar rapidamente seus meios para qualquer região do país, sendo necessário estruturas de aeroportos, aeródromos e hangares para operar em uma situação de crise. A ação mais importante, nos últimos anos, para contribuir com a dissuasão foi o Programa F-39. Após a chegada dos caças Gripen NG previstos permitirá uma defesa de todo território nacional, inclusive, da Foz do Amazonas em melhores condições.

A Marinha, por outro lado, não possui as peculiaridades da FAB. A END de 2008 previa a constituição de segunda esquadra no Norte ou Nordeste², composta de meios para exercer o controle do acesso marítimo, na Foz do Amazonas, apoiados por uma

² Os estudos para seleção dos locais para instalação do complexo naval da 2ª Esquadra foram concluídos em 2011. Das opções levantadas, a Marinha avalia que a localização nas proximidades do Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, oferece, tecnicamente, as melhores condições para instalação da 2ª Esquadra (FARIA, 2012, p.24).

base, comparável à Base Naval do Rio de Janeiro (BRASIL (b), 2008, p. 23).

Nas edições seguintes da END o assunto não foi mais mencionado, mas esse assunto possui uma ligação direta com a dissuasão nacional. A nova esquadra deveria, segundo Paiva, estar apta para “impedir, o mais longe possível, nas vias oceânicas que demandam o litoral nacional, o livre uso do mar por um oponente”. Cabe destacar que o programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), particularmente com o projeto do submarino à propulsão nuclear, é uma ação que proporcionará melhores condições para defesa de todo litoral brasileiro (PAIVA, 2021, p.5).

Ao imaginar um conflito na Foz do Amazonas, que é o acesso mais viável para de forças navais na Amazônia, Paiva cita que:

“O primeiro embate será realizado por uma força de submarinos convencionais e nucleares (que não pode se resumir a apenas um), seguido do emprego da força naval de superfície, composta por navios aeródromos e fragatas, sendo ambos os engajamentos apoiados pela Força Aérea Brasileira (FAB) e por plataformas terrestres móveis de lançamento de mísseis de cruzeiro” (PAIVA, 2021, p. 16). (GRIFO NOSSO)

Corroborando com esta ideia Júnior acredita que, nos dias atuais, a maior ameaça viria pelo mar, pois:

O Brasil possui muito boas relações diplomáticas, de cooperação econômica, além de superioridade militar para com seus vizinhos sul-americanos de modo que não se vislumbra engajamento bélico com os referidos países, o que **fortalece a hipótese de um ataque inimigo ser realizado pelo mar por potências extrarregionais.** (JÚNIOR, 2016, p 38-39) GRIFO NOSSO

A doutrina militar terrestre alinhada com esta ideia prevê em um manual de campanha³ que para as ações de defesa do litoral o teatro de operações (TO) será predominantemente marítimo, mas caberá ao Exército “participar, normalmente, cedendo meios de apoio de fogo, vigilância (radares), apoio em guerra eletrônica, comunicações, inteligência ou forças para compor ou apoiar as operações” (BRASIL (e), 2022, p. 1-3).

No projeto “Brasil em 2035” realizado, neste ano, pelo Instituto Sagres com outras instituições ao descrever as ações para o país adquirir uma capacidade de dissuasão militar extrarregional deveria, dentre outras diretrizes, desenvolver um sistema conjunto de antiacesso e negação de área (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p.

³³ Manual de Campanha EB70 – MC – 10.253 A Força terrestre na defesa do litoral, p. 1-3.

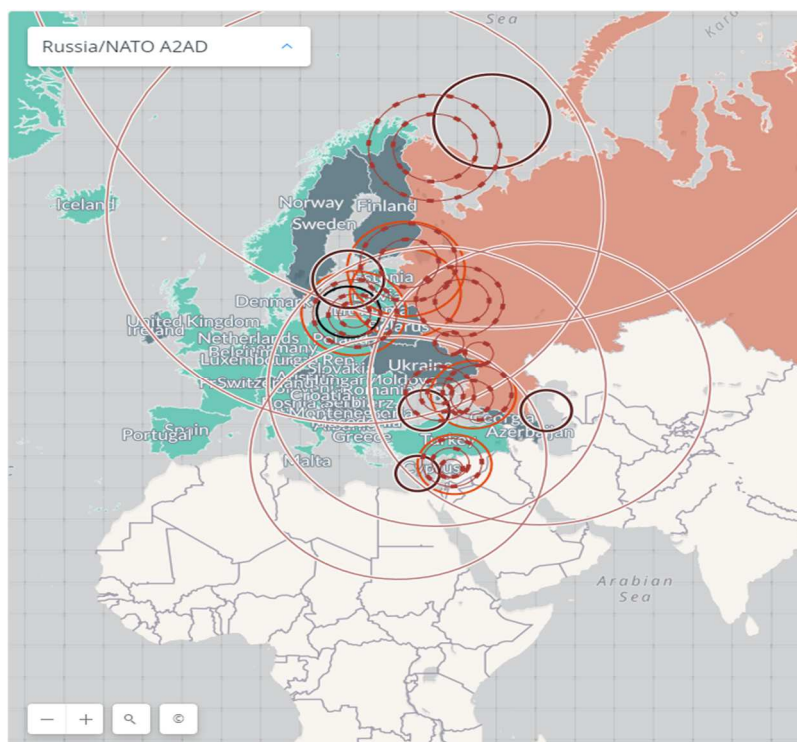
80).

O conceito operacional de antiacesso (*anti-access* ou A2) e negação de área (*area-denial* ou AD), conhecido pelo acrônimo A2/AD, foi desenvolvido, inicialmente, pela doutrina dos EUA e seria uma maneira de impedir a aproximação e o emprego de qualquer de força expedicionária para que a projeção do poder militar seja neutralizada ou mitigada.

A diferença entre os termos, dentre outros motivos, estaria na perspectiva do alcance. O A2 possui relação com à capacidade de ataque em longas distâncias, normalmente fora do TO, e o AD busca produzir efeitos em escala geográfica menor, principalmente em curtas distâncias no interior da área de conflito (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021, p.13).

A Rússia, por exemplo, buscou adaptar a idéia de A2/AD para suas necessidades focando na defesa antiárea contra os países da OTAN conforme o mapa a seguir:

Figura 3: A2/AD Rússia e OTAN



Fonte: WILLIANS, 2017 Apud TEIXEIRA JÚNIOR, 2021, p.17.

Ao analisar o modelo russo e refletindo no cenário nacional Teixeira Júnior diz

caberia um estudo sobre a viabilidade sobre a criação de “ilhas artificiais” na região norte como uma forma de desenvolver a capacidade de antiacesso na Amazônia.

Apesar da ideia de A2/AD não ser nova, “o que a torna diferente do passado é o rápido aprimoramento das tecnologias e sensores, orientação e comunicação nas últimas décadas e as novas maneiras de implementar essas tecnologias (BIDDLE & OELRICH, 2016, p.1).

Esta nova visão concebe o uso de armas e/ou sistemas de defesa disponíveis por camadas respeitando o espaço, tempo e a liberdade de ação em vários os domínios (terrestre, marítimo, aéreo, espacial e até cibernético). A partir daí, tais operações militares seriam concebidas em um ambiente “multidomínio”.

No trabalho de Oliveira (2021) feito com o intuito de relacionar o A2/AD com as capacidades de defesa antiarérea de médio e grande alcance são elencadas as capacidades necessárias para obtenção do antiacesso e negação de área pelo Brasil, conforme o quadro a seguir:

Tabela 1: Comparação das capacidades requeridas para o A2/AD.

SISTEMAS DE ARMAS	EUA	RÚSSIA	BRASIL
Sistemas de DAAe Bx Alc/Curto Altu	Possui	Possui	Possui
Sistemas de DAAe Md Alc/Md Altu	Possui	Possui	Em processo de obtenção
Sistemas de DAAe Gd Alc/Gd Altu	Possui	Possui	Ainda sem previsão
Sistemas Antissatélite	Possui	Possui	Ainda sem previsão
Sistemas de Mísseis Superfície/Superfície	Possui	Possui	Em desenvolvimento
Sistemas de Saturação de Foguetes Superfície/Superfície	Possui	Possui	Possui
Sistema de Mísseis Antinavio lançados de terra	Em desenvolvimento	Possui	Ainda sem previsão
Sistema de Defesa Cibernética	Possui	Possui	Possui
Sistemas de Guerra Eletrônica	Possui	Possui	Possui

Fonte: OLIVEIRA, 2021, p. 33.

De acordo com o quadro faltaria 3 (três) sistemas, um de defesa antiaérea de grande alcance (EB ou FAB), um de antissatélite (FAB) e outro de mísseis antinavio

lançados de terra⁴ (EB ou MB) para que fosse adquirido a capacidade plena de A2/AD, além dos 2 (dois) sistemas em desenvolvimento (defesa antiaérea de média altura e de mísseis de superfície).

Além disso, o autor apresentou uma proposta, baseada em uma “*Task-Force*” do Exército dos EUA, de uma força multidomínio para o EB constituída basicamente de um Batalhão de Inteligência, Comunicações, Guerra Eletrônica e Cibernética, um Grupo Múltiplo de Foguetes, um Grupo de Artilharia Antiaérea e um Batalhão Logístico. A força teria, segundo o autor, a possibilidade de realizar operações de antiacesso e de negação de área para:

“Desgastar ao máximo o inimigo com vistas a impedir seu ingresso em território nacional. Caso não seja possível impedir o ingresso do inimigo, a Força multidomínio deveria poder restringir ao máximo a liberdade de ação do inimigo, empregando seus sistemas de armas cinéticas e não cinéticas nos domínios do espaço de batalha (terrestre, marítimo, aéreo e cibernético) (OLIVEIRA, 2021, p.31).

Outra premissa considerada pelo autor é de que a força multidomínio deveria atuar de forma conjunta com as outras forças singulares, tendo em vista que os meios de maior raio de ação nos domínios aéreos e marítimo não estão na Força Terrestre (OLIVEIRA, 2021, p. 31).

Neste contexto, os sistemas de comando e controle devem buscar atuar de forma integrada e assim contribuir para a capacidade de A2/AD. Os sistemas de monitoramento das forças (SISFRON, SISGAZ e sistema de controle do tráfego aéreo) devem buscar a interoperabilidade por serem análogos e realizarem ações semelhantes nas fronteiras (terrestre, marítima e aérea). No SISFRON, por exemplo, a região do Amapá (22ª Brigada) é a última prioridade na instalação.

Algumas observações com relação a proposta da força multidomínio para o EB de Oliveira (2021):

1ª - O Batalhão de Inteligência, Comunicações, Guerra Eletrônica e Cibernética

⁴ **A arma ideal para atacar navios a partir de plataformas terrestres é o míssil antinavio.** A posse de tal armamento é o argumento ideal para **dissuadir uma força militar superior de realizar uma invasão pelo mar.** O míssil antinavio lançado de plataformas terrestres poupa o risco de submeter embarcações e aeronaves a ataques diretos de uma armada inimiga, além de poder ser dissimulado nos terrenos costeiros e até mais ao interior (JÚNIOR, 2016, p.46). (GRIFO NOSSO)

é uma estrutura que, atualmente, não existe⁵ na Força Terrestre e, portanto, necessitaria de um arcabouço doutrinário, organização, dentre outras medidas (análise com base do DOAMEPII⁶) a fim de tornar-se uma opção viável;

2ª - O GMF já existe, na verdade 2 (dois) em uma estrutura centralizada no Forte Santa Bárbara⁷ “segundo os conceitos de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade, sustentabilidade (FAMES), de modo que a artilharia de mísseis e foguetes pode dividir-se em frações a serem cedidas a uma Força Terrestre Componente (FTC) para execução de apoio de fogo aos diversos escalões” permitindo a este meio dissuasório atuar em qualquer região de Brasil, caso seja necessário. Desta forma, uma sugestão seria o Astros participar de exercícios/operações, preferencialmente conjuntas, na Foz do Amazonas como ocorreu em 2015 na localidade de Clevelândia do Norte – AP (JÚNIOR, 2016, p.42);

3ª - Ainda com relação ao Astros, cabe ressaltar que em 2012 o programa foi reformulado e no novo sistema (ASTROS 2020) com destaque ao emprego das novas munições com capacidade de lançamento de foguetes guiados (SS-40 e do MTC-300) de alcance nominal de 300 km e na defesa do litoral existem algumas oportunidades de melhoria, dentre elas, o desenvolvimento de mísseis antinavio⁸ lançados de terra (OLIVEIRA, 2021, p. 33) e a integração com outros sistemas de defesa com o intuito de complementar e potencializar as operações conjuntas (CAMPOS, 2020, p. 62 e 65);

4ª - Com relação ao míssil antinavio, “estudos citam que o Astros pode ser empregado na modalidade de defesa do litoral, principalmente no lançamento de seus foguetes em zonas de desembarque anfíbio” e que esta arma seria “ideal para atacar

⁵ Força Terrestre existe: Batalhão de Inteligência Militar (BIM), Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica (BComGE) e Centro de Defesa Cibernética (CDCiber). Fonte: o autor.

⁶ Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal, Infraestrutura e Interoperabilidade.

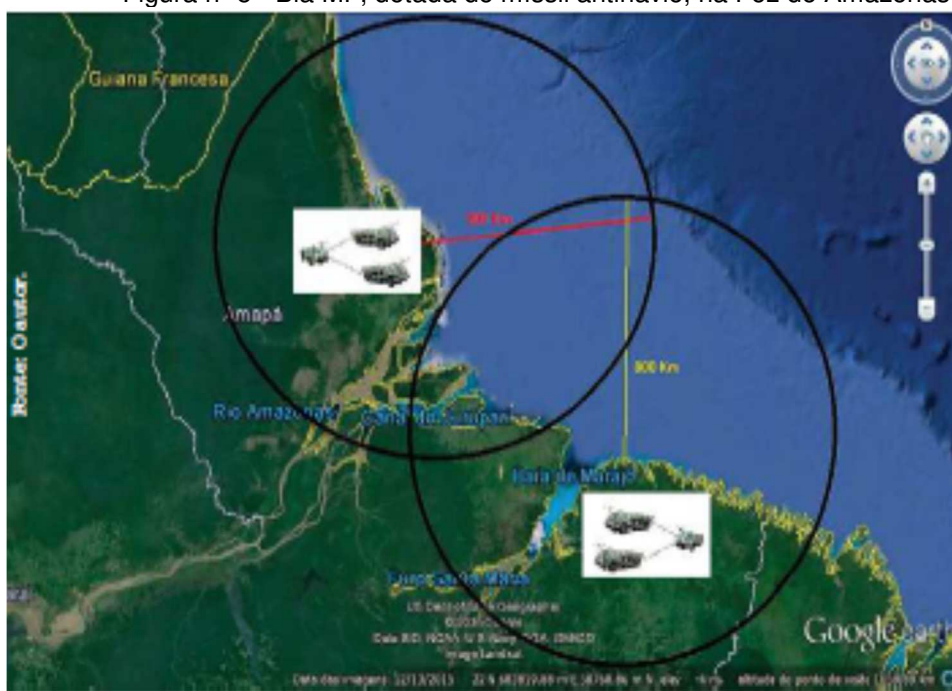
⁷ O Comando Artilharia do Exército é composto pelas seguintes Organizações Militares: 6º Grupo de Mísseis e Foguetes (6º GMF), 16º Grupo de Mísseis e Foguetes (16º GMF), Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes (C I Art Msl Fgt), Centro de Logística de Mísseis e Foguetes (C Log Msl Fgt) e Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército (Bia C / Cmndo Art Ex). Disponível em: <http://cmdoartex.eb.mil.br/index.php/historico> . Acesso em 27 Jul 2022.

⁸ A grande diferença de um míssil comum terra-terra para um míssil antinavio mar-mar ou terra-mar é seu guiamento terminal. As cabeças de guerra de mísseis antinavio utilizam no seu guiamento terminal, o *active radar homing* por meio de um transceptor radar, que busca e rastreia alvos de maneira autônoma, nesse caso, navios (JÚNIOR, 2016, p.47).

navios a partir de plataformas terrestres. A posse de tal armamento é o argumento ideal para dissuadir uma força militar superior de realizar uma invasão pelo mar, pois o antinavio lançado de plataformas terrestres pouparia o risco de submeter embarcações e aeronaves à ataques diretos de uma armada inimiga, além de poder ser dissimulado nos terrenos costeiros e até mais ao interior” (JÚNIOR, 2016, p.42 e 46);

5ª - Ainda, com relação ao míssil antinavio temos uma proposta de emprego de uma Bia MF à duas seções, defendendo a Foz do Amazonas:

Figura nº 5 - Bia MF, dotada de míssil antinavio, na Foz do Amazonas



Fonte: JÚNIOR, 2016, p. 48

6ª - O CMN é o único comando militar do EB que não possui OM de defesa antiaérea. Independentemente de ser ou não constituído uma força multidomínio no EB, a criação de uma estrutura de antiaérea, no nível unidade ou subunidade, em proveito da defesa na Foz do Amazonas e subordinado ao Comando de Defesa Antiaéreo do Exército (caso seja unidade) ou à 22ª ou 23ª Brigada (caso seja subunidade) auxiliaria na constituição de um futuro “bolsão de A2/AD” na região; e

7ª - A implantação de um GAA Ae ou Bia AAAe no CMN seria, dentre de um contexto de diminuição do efetivo, provavelmente com a transferência ou transformação de OM já existente. As duas opções necessitariam de um estudo de viabilidade avaliando vantagens e desvantagens.

Por fim, entendemos que na implantação do A2/AD no Brasil, tendo em vista à realidade nacional de restrições orçamentárias e inúmeras demandas da defesa e outras áreas, uma opção possível seria desenvolver um bolsão de negação de área na Foz do Amazonas e, posteriormente, a capacidade de antiacesso para atingir o A2/AD de forma plena.

No próximo capítulo, iremos analisar a 22^a Brigada de Infantaria de Selva, localizada na Foz do Amazonas, pois apesar da importância da constituição de um sistema conjunto de A2/AD, esse fato “não diminui a necessidade de possuir brigadas de pronta-resposta e mobilizáveis para dissuadir uma potência de assediar qualquer parte do território nacional”, inclusive na Foz do Amazonas (JÚNIOR, 2016, p.48).

3. A BRIGADA DA FOZ E A ESTRATÉGIA DA DISSUAÇÃO

Dentre outros motivos, a Força Terrestre considera que, em situação de crise, deverá ocorrer o “emprego progressivo das organizações militares que estejam mais próximas para a solução de um problema, até o envolvimento de todos os demais meios, se necessário” (BRASIL (c), 2019, p.32).

Na Política Nacional de Defesa, além da Amazônia são definidas outras prioridades. A PND diz que “além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, deve-se dar prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul” (BRASIL (d), 2020, p.13).

No quadro abaixo, vemos as responsabilidades de cada Comando Militar de Área da Força Terrestre dentro das prioridades previstas na PND.

Tabela nº 2 – Comandos Militares e prioridades da PND

COMANDO	FRONTEIRA	AMAZÔNIA	ATLÂNTICO SUL	CENTROS POL/ECO
SUL	✓	-	✓	-
SUDESTE	-	-	✓	✓
OESTE	✓	✓	-	-
LESTE	-	-	✓	✓
NORDESTE	-	-	✓	-
PLANALTO	-	-	-	✓
AMAZÔNIA	✓	✓	-	-
NORTE	✓	✓	✓	-

Fonte: O autor

O CMN, criado em 2013, é o único comando militar que possui três prioridades da PND. O novo comando nasceu apenas com a 23ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Marabá-PA, como grande unidade operacional, para cumprir as diversas missões nos estados do Amapá, Maranhão e Pará além de parte do estado do Tocantins.

Além disso, o CMN possuía alguns batalhões de infantaria de selva (2º BIS em Belém, 34º BIS – única OM na região estratégica da Foz do Amazonas em Macapá - e 24º BIS em São Luís) subordinados diretamente, fato que não é previsto na doutrina atual para os Comando Miliars de Área.

Alguns anos antes, o Plano de Articulação do Exército de 2009 já previa o aumento do efetivo na amazônica. No documento “Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira” de 2010, realizado por diversos setores do Estado, a parte referente ao Exército deixa claro a intenção da instituição quando diz:

O PAP vai aumentar de 23 para 51 o atual número de pelotões de fronteira na floresta, **além de criar novas brigadas. Essa reestruturação estará concluída em 2018** e incluirá a modernização dos pelotões existentes. O Exército terá, no futuro, mais de 30 000 militares na região, um número ainda modesto, uma vez que 50.000 seria o ideal em tempos de paz (BASES FAIXA DE FRONTEIRA, 2010, p.36).

A criação de “novas brigadas” passou a ser um compromisso formal até 2018. Nos anos seguintes, nos Planos Estratégicos do Exército (PEEx) reformulados a cada quatro anos dentro da SIPLEX, particularmente no Objetivo Estratégico do Exército (OEE) nº 1, “contribuir com a dissuasão extrarregional”, passou a constar a implantação de uma nova brigada na Amazônia.

A Foz do Amazonas é uma das áreas litorâneas que merece atenção especial junto com a faixa que vai de Santos (SP) até Vitória (ES). Ressaltamos, também, que a descoberta de petróleo na costa da Guiana, Suriname e Guiana Francesa deverá trazer um possível reflexo para o Brasil:

“Pois tudo indica que o potencial petrolífero observado nesses países vizinhos estende-se pelo litoral brasileiro, passando pela costa dos estados do Amapá, Pará e Maranhão, o que coloca ainda mais destaque nessa porção do litoral brasileiro (BRASIL (e), 2022, p 1-3).

Além disso, na PND é enfatizado que no Brasil existem “regiões com vazios demográficos e baixos níveis de atividades econômicas” são “um desafio para a integração e coesão” e estão intimamente ligadas com a própria “concepção de segurança e defesa” (BRASIL (d), 2020, p.10).

O Amapá é uma desses “desafios” não apenas para integração e desenvolvimento regional, mas atrelado à defesa nacional, tendo em vista as fronteiras,

particularmente com a Guiana Francesa. Por isso, vemos que no estudo de viabilidade para criação da 22ª Brigada os “benefícios pretendidos” estavam ligados diretamente ao desenvolvimento social da região, particularmente de Macapá, quando se previa:

“Criar oportunidades de emprego e renda no estado do Amapá, por meio do Exército em geral e do serviço militar em particular; melhorar a qualidade de vida – educação, saúde, segurança e infraestrutura – em Macapá- AP haja vista o Exército Brasileiro ser uma ferramenta de transformação para melhor, das localidades, onde o IDH é baixo, a exemplo do que ocorre hoje em São Gabriel da Cachoeira-AM e Barcelos-AM” (ESTUDO DE VIABILIDADE, 2014, p. 2).

O OEE nº 1 do PEEEx visa proporcionar uma melhor “capacidade de proteção e de pronta-resposta, no caso de ações hostis contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil” (BRASIL (c), 2019, p.8). Nesse contexto foi previsto a implantação de um Comando de Brigada de Infantaria de Selva, na cidade de Macapá-AP.

Tabela nº 3 – Objetivo Estratégico do Exército nº1

OEE 1- CONTRIBUIR COM A DISSUAÇÃO EXTRARREGIONAL					
Estratégia	Ação Estratégica	Ano	Atividades impostas	Pjt	Intrs
1.1 Ampliação da Capacidade Operacional	1.1.3 Rearticular a Força de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, na Área Estratégica Amazônia Legal.	2016	1.1.3.1 Prosseguir na implantação de um Cmdo Bda Inf SI em Macapá/AP. 1.1.3.2 Prosseguir na implantação do 1º B Com SI em Manaus/AM. 1.1.3.3 Prosseguir na adequação das instalações do 1º BIS em Manaus/AM. 1.1.3.4 Prosseguir na implantação do PEF de Vila Brasil/AP. 1.1.3.5 Concluir a implantação do PEF de Marechal Taumaturgo/AC. 1.1.3.6 Prosseguir na implantação do Comando Militar do Norte em Belém/PA. 1.1.3.7 Reestudar a implantação do Cmdo 2º Bda Inf SI em S. Gabriel da Cachoeira/AM. 1.1.3.8 Prosseguir na adequação das instalações das OM da 1ª Bda Inf SI em Boa Vista/RR. 1.1.3.9 Prosseguir na implantação da 16ª Bda Inf SI em Tefé/AM. 1.1.3.10 Prosseguir na adequação de instalações das OM do 2º Gpt E. 1.1.3.11 Apresentar os estudos para implantação do Centro Integrado de Guerra na Selva. 1.1.3.12 Estudar a implantação de Esqd C Mec no Acre e no Amapá. 1.1.3.13 Estudar a transferência do PEF Tirós/PA para a FAB. 1.1.3.14 Realizar estudos para a implantação de um Cmdo Bda Inf SI em Rio Branco/AC. 1.1.3.15 Iniciar estudos para a implantação de um BIS em Ji-Paraná/RO.	Amazônia Protegida (Amz Ptg)	EME 7ª SCh Ger Pjt DAAe
		2017	1.1.3.16 Iniciar a implantação do PEF de Santo Antônio do Içá/AM.		
		2018	1.1.3.3 Concluir a adequação das instalações do 1º BIS em Manaus/AM.		
		2019	1.1.3.1 Concluir a implantação de um Cmdo Bda Inf SI em Macapá/AP. 1.1.3.2 Concluir a implantação do 1º B Com SI em Manaus/AM. 1.1.3.4 Concluir a implantação do PEF de Vila Brasil/AP. 1.1.3.6 Concluir a implantação do CMN em Belém/PA. (1)		

Fonte: Plano Estratégico do Exército 2016-2019, p.6.

A criação da nova brigada teve a finalidade de aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre na Amazônia Oriental, potencializar a presença militar na Foz do Amazonas e no Amapá e, também, enquadrar as organizações militares diretamente subordinadas ao Comando do CMN, contribuindo assim para o aperfeiçoamento da estrutura militar. Cabe destacar que os três “resultados pretendidos” com a criação da 22ª Brigada possuem ligações com as estratégias da presença e da dissuasão:

1º Permitir melhores condições estratégicas para defesa da foz do Amazonas;

2º Atingir o objetivo da Política Militar Terrestre de “contribuir com a dissuasão extrarregional”; e

3º Fortalecer a estratégia da presença, em área remota, contribuindo com o desenvolvimento de uma região sensível do território.

A Estratégia da Dissuasão está ligada aos 1º e 2º objetivos, focada na defesa de uma área estratégica do Brasil visando contribuir com a dissuasão extrarregional. Por outro lado, no 3º objetivo a Estratégia da Presença é citada “*ipsis litteris*” fazendo uma ligação com desenvolvimento de um local sensível do país. A seguir, destacamos um mapa com a localização da Foz do Amazonas.

Figura nº 6 – Foz do Amazonas



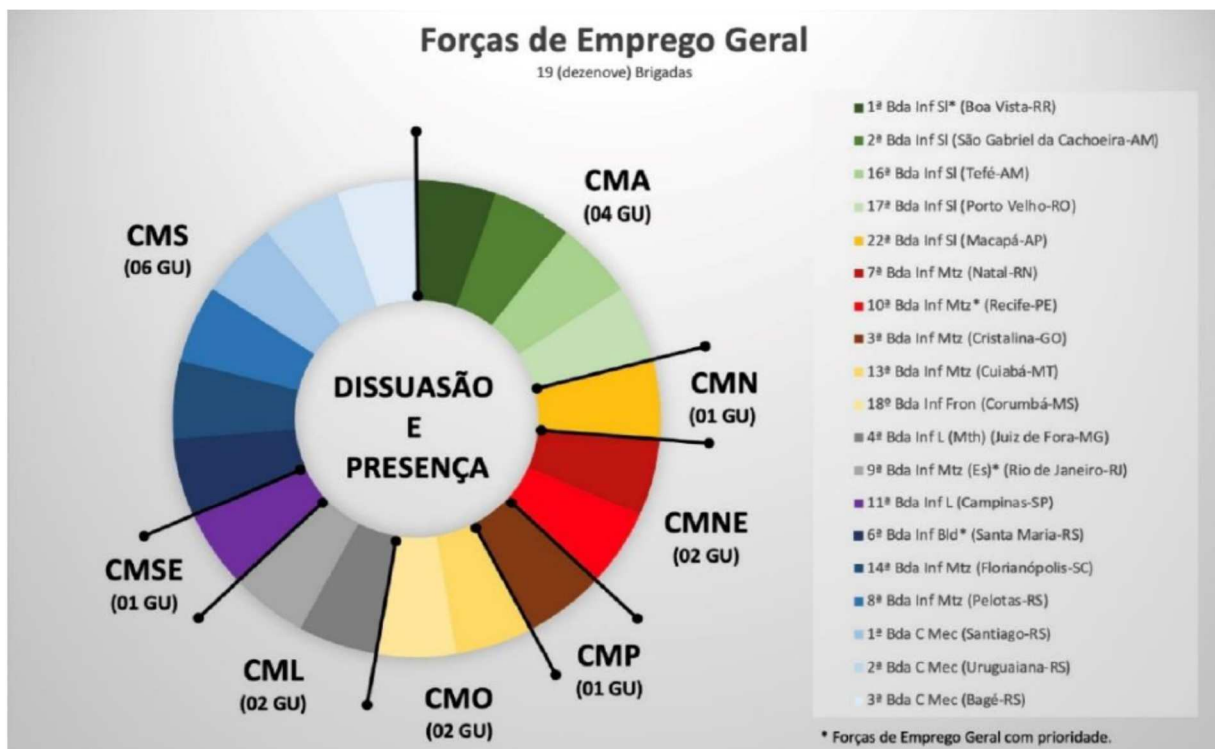
Fonte: ESTUDO DE VIABILIDADE, 2014, p. 19.

A criação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva teve a intenção de contribuir com as Estratégias da Presença e da Dissuasão de forma concomitante. Após a criação da nova Brigada ficou inevitável a comparação com as outras estruturas análogas na Força Terrestre.

No Projeto Interdisciplinar do CPEAEx, no ano de 2021 por exemplo, foi realizado uma análise das brigadas. Cabe salientar, inicialmente, que existem as forças de emprego estratégico do Exército, que no caso do CMN é materializada pela 23ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Marabá-PA e, por outro lado, a 22ª Brigada

é uma força de emprego geral que “constitui a grosso da Força Terrestre constituídas por 19 (dezenove) Grande Unidades, assim representadas na figura a seguir, discriminadas por Comandos Militares de Área (PROJETO INTERDISCIPLINAR, 2021, p. 272).

Figura 7 – Forças de Emprego Geral



Fonte: PROJETO INTERDISCIPLINAR, 2021, p. 272.

O projeto interdisciplinar prossegue analisando as matrizes de transporte das brigadas de emprego geral e com relação a 22ª Brigada conclui que: no modal rodoviária – possui uma limitada rede de rodovias, presente apenas dentro do Estado (AMAPÁ), destaque para as BR-156 e BR-210; modal aéreo – possui apenas o Aeroporto de Macapá (Alberto Alcolumbre); no modal ferroviário – não existe nenhuma estrutura e no modal aquaviário – possui um pequeno porto em Macapá tendo como hidrovia principal a Bacia Amazônica com extensão navegável de 18.300 km. Fruto destes dados, o trabalho fez uma síntese da 22ª Brigada dizendo que a:

“localização é desfavorecida uma vez que a cidade de Macapá encontra-se no extremo norte do país em uma região extremamente subdesenvolvida e afastada do centro do poder, Brasília-DF. Os meios de transporte predominantes são o modal aéreo, extremamente custoso, e modal aquaviário, dividido em hidroviário a marítimo (Rio Amazonas e Oceano Atlântico), sendo o mais vantajoso da região. O modal rodoviário só atende o próprio Estado,

sendo a malha rodoviária precária e limitada. O modal ferroviário é inexistente” (PROJETO INTERDISCIPLINAR, 2021, p. 273).

Após detalhar os modais de transporte, conclui que:

A 22ª Brigada de Infantaria de Selva é uma OM de dissuasão regional, materializada pela sua presença física, mas se tratando de mobilidade estratégica, apresenta grandes óbices na infraestrutura para deslocar para fora do estado do Amapá proporcionando impactos negativos na mobilidade estratégica para o desenvolvimento da estratégia da dissuasão (PROJETO INTERDISCIPLINAR, 2021, p. 273).

Além dos óbices de infraestrutura que provocam impactos negativos na mobilidade estratégica da 22ª Brigada vemos que ela, ainda, não possui organizações militares de apoio ao combate, de logística e comando e controle. Desta forma, sua contribuição para a Estratégia da Dissuasão, atualmente, é limitada ao nível regional.

Neste cenário, vemos que o e o segundo objetivo (permitir melhores condições para defesa da foz do Amazonas) e o terceiro (fortalecer a estratégia da presença em área remota, contribuindo com o desenvolvimento de uma região sensível do território) já estão sendo alcançados, em parte, com a implantação da 22ª Brigada, mas o primeiro de contribuir para a “dissuasão extrarregional”, ainda, não foi atingido.

Por fim, concluímos que a 22ª Brigada de Infantaria de Selva contribui de forma eficiente para a Estratégia da Presença, mas é ainda limitada com relação a Estratégia da Dissuasão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pelo controle da Foz do Amazonas e, conseqüentemente, pelo domínio da Amazônia é um assunto que remonta o período colonial brasileiro. É fato que qualquer ameaça militar externa na Amazônia envolverá a região, tendo em vista ser o acesso mais provável de uma força conjunta.

O conceito de A2/AD, desenvolvido inicialmente pelos EUA, e utilizado por outros países como Rússia e China pode ser empregado pelo Brasil, com adaptações para nossa realidade. Na região estudada, por exemplo, poderia ser implantado um bolsão de negação de área para, posteriormente, em uma segunda etapa o antiacesso para atingir o A2/AD de forma plena.

Outra conclusão possível é de que, inicialmente, na defesa da Foz do Amazonas terão destaque as forças aéreas e navais. A FAB no desenvolvimento, principalmente, do Programa F-39 estará em melhores condições de cumprir suas missões em qualquer região do território nacional. Uma contribuição para Aeronáutica seria analisar a viabilidade de desenvolver um sistema antissatélite que auxiliaria na aquisição das capacidades de A2/AD.

Com relação à Marinha, cabe ressaltar que o programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) é uma ação que proporciona melhores condições para defesa de todo litoral com o submarino de propulsão nuclear, inclusive na região estudada. Uma recomendação para a MB seria verificar a viabilidade de restaurar o projeto da 2ª esquadra, na região norte ou nordeste, tendo em vista que o aumento das forças navais seria uma das ações mais importantes para a defesa Foz do Amazonas.

O trabalho focou na Força Terrestre e a seguir temos algumas sugestões para que o EB possa contribuir com a capacidade de negação de área, em um bolsão centrado na Foz do Amazonas:

1ª – Ao Astros participar, cada vez mais, de exercícios/operações⁹ conjuntas na

⁹ O 6º GMF participou nos meses de outubro e novembro de 2015 da Operação Foz do Amazonas com uma Seção ASTROS, dotada de dois lançadores múltiplos universais e demais subsistemas, na cidade do Oiapoque, localidade de Clevelândia do Norte, no Amapá (JÚNIOR, 2016, p.43).

região voltadas para o A2/AD;

2ª – Ainda, com relação ao Astros, uma sugestão seria desenvolver mísseis antinavio lançados de terra;

3ª - Ao sistema de Artilharia Antiaérea do EB verificar a viabilidade de implantar um GAAe e/ou uma Bia AAe no CMN, tendo em vista ser o único comando que não possui OM desta natureza;

4ª - Com relação ao SISFRON, estudar a viabilidade de alterar a prioridade da região do Amapá (22ª Brigada de Infantaria de Selva) na implantação, pois atualmente é a última fase prevista; e

5ª - A 22ª Brigada de Infantaria de Selva, atualmente, contribui de forma limitada para a Estratégia da Dissuasão e necessitaria de todas as organizações militares (comando e controle, apoio de fogo, antiaérea e logística) para ter uma capacidade similar às outras brigadas do EB.

A constituição de uma capacidade de negação de área necessita de uma estrutura conjunta e, portanto, necessitaria de ações do MD com as sugestões a seguir:

1ª - Os sistemas de comando e controle das forças singulares devem buscar atuar de forma integrada, por coordenação da Defesa;

2ª - O Sistema de Defesa Antiaérea deveria, por definição das responsabilidades de cada força singular, concluir a capacidade de médio alcance e desenvolver a de alto alcance;

3ª - Os sistemas de monitoramento das forças (SISFRON, SISGAAZ e Sistema de Controle Aéreo) deveriam buscar uma integração por serem análogos; e

4ª – Realizar exercícios e/ou operações conjuntas com enfoque para o A2/AD na região da Foz do Amazonas.

Por fim, concluímos que a constituição de um sistema conjunto de A2/AD, capitaneado pelo MD e em coordenação com as forças singulares, com um bolsão na região da Foz do Amazonas, seria um caminho viável para desenvolver uma dissuasão na defesa da Amazônia.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASES FAIXA DE FRONTEIRA. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.** Grupo de trabalho inter federativo de integração fronteiriça. Kaco gráfica, Brasília, 2010. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/BasesFaixaDeFronteira.pdf> . Acesso em 20 Jun 2022.

BIDDLE, Stephen; OELRICH, Ivan. **Future Warfare in the Western Pacific: Chinese Antiaccess/Area Denial, U.S. AirSea Battle, and Command of the Commons in East Asia.** *International Security*, Volume 41, Nº 1, p.7-48, agosto, 2016.

BRASIL (a). **A História do Exército Brasileiro.** Volume 1. Brasília: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1972.

_____(b). **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm . Acesso em 22 Jul 2022.

_____(c). **Exército. Estado-Maior. Plano Estratégico do Exército 2020-2023 EB 10-P- 01.007.** Brasília, DF. 2019, 1ª edição.

_____(d). **Política de Defesa Nacional e Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf. Acesso em 22 Jul 2022.

_____(e). **A Força Terrestre na Defesa do Litoral.** Manual de Campanha EB70 – MC – 10.253. Brasília, EGGCF, 2022.

CASTRO, Celso. **Amazônia e defesa nacional.** São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2006.

DUARTE, Paulo. **A China e o mar: a natureza mutável do comportamento naval chinês.** Revista Militar, Lisboa, p. 2, abr. 2013.

ESTADOS UNIDOS, Office of the Secretary of Defense. **Annual Report To Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2011.** Disponível: https://archive.defense.gov/pubs/pdfs/2011_CMPR_Final.pdf . Acesso em 30 jun. 2021.

ESTUDO DE VIABILIDADE. **Estudo de viabilidade do projeto de implantação da Comando da Brigada da Foz do Amazonas.** Exército Brasileiro. Comando Militar do Norte, Belém, 2014.

FARIA, AR de. **A segunda esquadra brasileira: uma abordagem de planejamento e gestão, sob a ótica do apoio logístico integrado**. CPEM, Escola de Guerra Naval. EGN. Rio de Janeiro, 2012.

JUNIOR, Cezar Augusto Rodrigues Lima. **Artilharia de mísseis e foguetes: contribuição para sistema conjunto de antiacesso e negação de área conjunto**. Doutrina Militar Terrestre em Revista, v. 4, n. 9, p. 38-49, 2016

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2002.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório das repartições do Ministério da Guerra**. Typografis Nacional. Rio de Janeiro, 1867. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720950/per720950_1867_00001.pdf . Acesso em 22 Jul 2022.

OLIVEIRA, Fábio Ribeiro Gonçalves de. **A obtenção das capacidades de defesa antiárea de médio e grande alcances no contexto de uma estratégia de antiacesso e de negação do uso do espaço de batalha**. Policy Paper, Rio de Janeiro, ECEME, 2021.

PICANCO, Estácio Vidal. **Informações sobre a história do Amapá: 1500-1900**. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. **Dissuasão e presença: reflexos para a Força Terrestre no próximo quarto de século**. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro, ECEME, 2006.

_____. **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar**. In: O PRESENTE E O FUTURO DA DISSUASÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

_____. **O presente e o futuro da dissuasão brasileira**. A Defesa Nacional, n. 845, 2021.

SANTOS, Marcos Antonio Amaro. **Estratégias de defesa para o Brasil: discutindo a estratégia da dissuasão**. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro, ECEME, 2006.

SARMENTO, Carlos Maurício Barroso. **Dissuasão e Presença: estratégias complementares e necessárias no cenário atual**. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro, ECEME, 2016.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane; TOURNEAU, François-Michel Le. **Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana francesa (França)**. Mercator (Fortaleza), v. 18, 2019.

SILVA, Hermes Leonardo Morais Faiolo. **A capacidade de dissuasão do Exército Brasileiro no Século XXI.** Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/8181>. Acesso em 08 Jan 2022.

PAZ, Adalberto. **Comércio e contrabando entre o Pará, o Contestado Franco-Brasileiro e a Guiana Francesa na década de 1870.** Revista de História. Edição nº 180. São Paulo, 2021.

PROJETO DE NAÇÃO. **O Brasil em 2035.** Instituto General Villas Bôas; Sagres – Política e gestão estratégica aplicadas e Instituto Federalista. Brasília, 2022.

PROJETO INTERDISCIPLINAR. **Estratégia da presença e da dissuasão face às demandas da defesa nacional.** Curso de política, estratégia e alta administração do Exército. Rio de Janeiro, ECEME, 2021.

TAULOIS, Pedro Luiz. **A estratégia antiacesso/negação de área (A2/D2).** Revista Âncoras e Fuzis (Corpo de Fuzileiros Navais). Ano XV, nº 47, p. 28-33. Rio de Janeiro, 2016.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. **ESTRATÉGIAS COMPARADAS DE ANTIACESSO E NEGAÇÃO DE ÁREA: RÚSSIA, CHINA E IRÃ.** Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, v. 20, n. 2, p. 7-38, 2021 (a).

_____. **A DISSUASÃO CONVENCIONAL, ANTIACESSO E NEGAÇÃO DE ÁREA: SUBSÍDIOS PARA UMA ESTRATÉGIA BRASILEIRA.** Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, v. 21, n. 3, p. 7-31, 2021 (b).

WILLIAMS, Ian. **The Russia – NATO A2AD Environment.** Missile Threat - CSIS Missile Defense Project. January 3, 2017. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/russia-nato-a2ad-environment/>. Acesso em: 18 fev. 2021.